

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA À 20ª EDIÇÃO	11
--------------------------------------	----

Capítulo 1 – ESTADO E ECONOMIA

1. O Direito: análise funcional e perspectiva crítica	13
2. O Estado moderno	14
3. O Estado até a passagem do século XIX para o século XX	16
4. Imperfeições do liberalismo	19
4.1 A liberdade	19
4.2 A igualdade	20
4.3 A fraternidade	22
5. Estado agente regulador da economia	22
6. (segue)	25
7. O mercado	26
8. Calculabilidade e previsibilidade	28
9. Ainda o mercado	31
10. (segue)	33
11. Funções de legitimação e repressão	35
12. Constituição formal	36
13. Legitimação da hegemonia do capital; “estatização” da economia; novo papel do Estado; preservação do sistema capitalista; Constituição “progressista”	39
13a. A desregulação e o neoliberalismo	41
14. A sociedade brasileira – Constituição e programa de governo	41
15. O neoliberalismo e a globalização	43
15a. O declínio do neoliberalismo	46
15b. Globalização e neoliberalismo	49

Capítulo 2 – ORDEM ECONÔMICA

16. Ambiguidade da expressão “ordem econômica”	53
17. Os sentidos da expressão	58
18. Ordem econômica/mundo do ser e ordem econômica/mundo do dever-ser	59
19. O mistério da ordem econômica	61
20. Ordem econômica – parcela da ordem jurídica	62
21. Ordem econômica e ordem social	62

22. <i>Ordem econômica liberal</i>	63
23. <i>Ordem econômica intervencionista</i>	64
24. <i>(segue)</i>	66
25. <i>Contraponto</i>	67
26. <i>Tipos de Constituição</i>	67
27. <i>Constituição estatutária e Constituição dirigente</i>	68
28. <i>A Constituição Econômica</i>	70
29. <i>A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha</i>	72
30. <i>A morte da Constituição Econômica</i>	76
31. <i>Inutilidade relativa do conceito de ordem econômica</i>	77
32. <i>(segue)</i>	80

Capítulo 3 – AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PROCESSO ECONÔMICO; A NOÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA; O DIREITO ECONÔMICO

33. <i>Introdução</i>	83
34. <i>Intervenção e atuação estatal</i>	84
35. <i>Intervenção e regime jurídico dos contratos</i>	85
36. <i>A expressão “atividade econômica”</i>	91
37. <i>(segue)</i>	92
38. <i>Atividade econômica: gênero e espécie</i>	93
39. <i>A expressão “atividade econômica” no texto da Constituição de 1988</i>	95
40. <i>Atividade econômica em sentido estrito e serviço público</i>	100
41. <i>A multiplicidade dos regimes jurídicos</i>	107
42. <i>Serviços públicos por definição constitucional</i>	113
43. <i>(segue)</i>	115
44. <i>(segue)</i>	115
45. <i>Serviço público e Constituição</i>	117
46. <i>(segue)</i>	119
47. <i>(segue)</i>	121
48. <i>Conceito e noção</i>	122
49. <i>Noção de serviço público</i>	123
50. <i>Atividade econômica em sentido estrito e regime de serviço público</i>	124
50a. <i>O princípio da continuidade do serviço público</i>	125
50b. <i>Radiodifusão sonora e de sons e imagens</i>	126
51. <i>Privilegio de serviço público e monopólio de atividade econômica</i>	127
52. <i>Empresa estatal e concessão de serviço público</i>	130
53. <i>Ainda os vocábulos “intervenção” e “atuação”</i>	134
54. <i>A classificação das formas de intervenção no e sobre o domínio econômico</i>	135
55. <i>(segue)</i>	136
56. <i>Planejamento</i>	138
57. <i>A “existência” constitucional do Direito Econômico</i>	138

58. <i>Concepção do Direito Econômico como método</i>	139
59. <i>Direito Econômico – ramo do Direito</i>	140

Capítulo 4 – OS PRINCÍPIOS E A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

60. <i>Observação inicial sobre os princípios</i>	143
61. <i>Os princípios</i>	145
62. <i>Observações de Dworkin</i>	145
63. <i>Observações de Canotilho e José Afonso da Silva</i>	146
64. <i>Classificação dos princípios na Constituição de 1988</i>	148
65. <i>A interpretação/aplicação do Direito</i>	150
66. <i>Interpretação da Constituição</i>	151
67. <i>(segue)</i>	152
68. <i>Cânones e pautas para a interpretação da Constituição</i>	153
69. <i>Não se interpreta a Constituição em tiras</i>	153
70. <i>As normas-objetivo</i>	154
71. <i>A importância dos princípios</i>	154
72. <i>A Constituição é um dinamismo</i>	155
72a. <i>Constituição material e interpretação/aplicação da Constituição</i>	155
73. <i>Ideologia constitucionalmente adotada</i>	158

Capítulo 5 – INTERPRETAÇÃO E CRÍTICA DA ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

74. <i>Introdução</i>	162
75. <i>A ordem econômica na Constituição de 1988</i>	163
76. <i>(segue)</i>	163
77. <i>A reforma constitucional</i>	165
78. <i>(segue)</i>	166
79. <i>Dúvidas como ponto de partida da interpretação da ordem econômica na Constituição de 1988</i>	168
80. <i>(segue)</i>	177
81. <i>(segue)</i>	178
82. <i>As questões propostas</i>	180
83. <i>Duas premissas</i>	181
84. <i>Os princípios da ordem econômica na Constituição de 1988</i>	182
84a. <i>O caráter prescritivo do Direito e a inconstitucionalidade institucional</i>	183
85. <i>A dignidade da pessoa humana</i>	184
86. <i>O valor social do trabalho</i>	186
87. <i>O valor social da livre iniciativa – a livre iniciativa e a livre concorrência</i>	188
88. <i>A livre iniciativa</i>	189
89. <i>(segue)</i>	191
90. <i>(segue)</i>	194
91. <i>A livre concorrência</i>	196

92. <i>A Lei n. 8.884/94: repressão às infrações contra a ordem econômica</i>	198
93. <i>Ainda o valor social da livre iniciativa – a livre iniciativa e a livre concorrência</i>	200
94. <i>A construção de uma sociedade livre, justa e solidária</i>	202
95. <i>A garantia do desenvolvimento nacional</i>	202
96. <i>A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; a redução das desigualdades regionais e sociais</i>	204
97. <i>A liberdade de associação profissional ou sindical</i>	206
98. <i>A garantia do direito de greve</i>	207
99. <i>Os ditames da justiça social</i>	213
100. <i>A soberania nacional</i>	214
101. <i>A propriedade e a função social da propriedade</i>	221
102. <i>Função social e função individual da propriedade</i>	224
103. <i>As propriedades</i>	225
104. <i>Função social ativa e poder de polícia</i>	227
105. <i>Ainda a propriedade e a função social da propriedade</i>	235
106. <i>A defesa do consumidor</i>	236
107. <i>A defesa do meio ambiente</i>	238
108. <i>A busca do pleno emprego</i>	240
109. <i>O tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte</i>	241
110. <i>A integração do mercado interno ao patrimônio nacional</i>	242
111. <i>Princípios gerais</i>	243
112. <i>A ordenação normativa através do Direito Econômico</i>	243
113. <i>Contraponto</i>	245
114. <i>Atividades estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País</i>	246
115. <i>(segue)</i>	251
116. <i>Preferência na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público</i>	254
117. <i>A constitucionalidade da concessão de proteção e benefícios às “empresas brasileiras de capital nacional”</i>	255
118. <i>Investimentos de capital estrangeiro</i>	263
119. <i>A exploração direta da atividade econômica pelo Estado</i>	263
120. <i>O art. 37, XIX e XX</i>	265
121. <i>Imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo</i>	267
122. <i>Regime de monopólio e regime de participação</i>	268
123. <i>O sentido do art. 173</i>	271
124. <i>A privatização das empresas estatais</i>	273
125. <i>A Emenda Constitucional n. 5/95</i>	274
126. <i>A Emenda Constitucional n. 8</i>	275
127. <i>A Emenda Constitucional n. 9</i>	276
128. <i>A Emenda Constitucional n. 13</i>	285
129. <i>Atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica</i>	286

130. O planejamento	288
131. Sistema econômico na ordem econômica da Constituição de 1988	290
132. Modelo econômico na ordem econômica da Constituição de 1988	291
133. (segue)	292
134. Contraponto	294
135. A aplicação do Direito	296
136. (segue)	299
137. Eficácia jurídica e eficácia social	300
138. Efetividade jurídica – efetividade material e eficácia	301
139. Efetividade jurídica e eficácia jurídica dos direitos e garantias fundamentais	302
140. Efetividade material e eficácia dos direitos e garantias fundamentais	303
141. Novo contraponto	304
142. O impacto social produzido pela Constituição de 1988	305
143. Doutrina e aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais	306
144. Inconstitucionalidade por omissão	307
145. Mandado de injunção	307
146. Perspectivas de aplicação do texto constitucional	309
147. A origem da Constituinte	311
148. A Constituinte	314
149. (segue)	316
150. As contradições	318
151. As palavras “intervenção” e “controle”	318
152. O controle do poder de controle dos bens de produção	321
153. Ainda a função social da propriedade	321
154. Ainda o planejamento	323
155. O Direito Brasileiro	325
156. A ordem econômica e uma nova realidade social	325
157. (segue)	327
CONCLUSÃO	329
ADENDO	331
APÊNDICE (Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador)	335
BIBLIOGRAFIA	349